

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: A VIOLÊNCIA DA NÃO INCLUSÃO PELO OLHAR DAS CRIANÇAS

Maria João Leote de Carvalho¹

Resumo

Tendo como pano de fundo as mudanças sociais ocorridas, nas últimas décadas, no tecido urbano em Portugal, no âmbito de dissertação de Doutoramento em Sociologia foi realizado um estudo de caso etnográfico fundado nos campos do interacionismo simbólico, ecologia social e sociologia da infância que teve por objetivo analisar os processos de socialização e os modos de vida na infância em seis bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa, e o envolvimento das crianças residentes, dos seis aos 12 anos, em violência e delinquência.² Este texto centra-se na primeira fase desta investigação, etapa em que através de técnicas visuais, conversas informais e observação participante, se procurou conhecer como as crianças representam os bairros onde vivem. Numa lógica analítica compreensiva que teve como ponto de partida a voz das crianças, segregação social, discriminação étnica, violência e crime são problemas sociais a que muitas se encontram significativamente expostas, tendo apontado mais aspetos negativos do que positivos nas suas vivências neste contexto. Criados com base em políticas de habitação social que visaram a melhoria da qualidade de vida de populações desfavorecidas, os bairros do contexto da pesquisa tendem a não beneficiar de trocas de sentido positivo com outras zonas residenciais socialmente diferenciadas, acentuando-se a sua segregação e as desigualdades de recursos a nível espacial, situação que se reflete nas culturas da infância aqui identificadas.

Palavras chave

crianças; infância; território; violência; segregação.

¹ Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL), UID/SOC/04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais, Portugal, mjleotec@sapo.pt

² Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/43563/2008) no âmbito de dissertação de Doutoramento em Sociologia, sob a orientação do Prof. Doutor Nelson Lourenço, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, em julho de 2011. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>

Introdução

Os territórios proporcionam aos indivíduos múltiplas formas de ocupação do espaço físico e potenciam a construção do espaço social (Lefebvre, 1974), de referência das construções sociais, fundamental na construção identitária individual e de um grupo social (Valentine, 2004; Moignard, 2008). Habitar um território diz respeito tanto ao espaço físico, mais próximo ou afastado, como à forma social e pessoal de o produzir e viver, de o apreciar e dele se apropriar (Christensen e O'Brien, 2003; Shuval, Massey, O'Caughy, e Cavanaugh, 2012). Para a sua análise há que considerar o espaço percebido – que se constitui em torno do plano físico e do quotidiano das crianças –, o espaço concebido – objeto de pensamento, matéria de representação mental numa certa ordem –, e o espaço vivido, que é o resultado da combinação dos anteriores integrando a vida social e a experiência dos indivíduos e dos grupos e os significados que lhes são atribuídos (Jaramillo, Villamil, e Bañales, 2008). Quer tenha havido ou não a possibilidade de uma família escolher a localização do alojamento, a zona onde se reside influencia claramente as opções e oportunidades que as crianças têm ao seu dispor (Bartlett, 2010). É através dos usos e representações sobre os espaços onde residem e crescem que as crianças se relacionam com os problemas sociais, não podendo as suas ações ser dissociadas dos processos de socialização e modos de vida que aí desenvolvem e sobre os quais também intervêm. Pobreza, exclusão social, discriminação em função da origem étnica, cultural ou de género, associação a desvio, violência e crime, acesso a estruturas de oportunidades em termos de educação e mercado de emprego são aspetos que, desde muito cedo, as crianças percebem de modo particular e diferenciado dos adultos. A vida quotidiana decorre a partir de um território concreto, um espaço físico e social determinado que interpretam, usam, apropriam, reconstróem e representam (Corsaro, 1997).

A informação aqui apresentada foi obtida no decorrer de um projeto de investigação mais vasto, um estudo de caso, de base etnográfica, realizado entre 2005 e 2009, centrado na problematização dos modos de vida de crianças, entre os seis e os 12 anos, em seis bairros sociais de realojamento, no concelho de Oeiras, na Área Metropolitana de Lisboa,³ e em particular do seu envolvimento em violência e delinquência (Carvalho, 2010).⁴ Assente num modelo teórico de análise, com origem nos campos do interacionismo simbólico, da ecologia social e da sociologia da infância, aplicou-se uma metodologia qualitativa que resultou da complementaridade entre diferentes técnicas, destacando-se, na discussão apresentada nestas páginas, os resultados da análise de 312 desenhos individuais sobre os bairros feitos pelas crianças residentes recolhidos ao longo de três anos.

A opção pelo uso da expressão bairro de realojamento nesta pesquisa remete primordialmente para uma medida de política pública de habitação social, que assentou em processos de realocação de populações que conduziram ou podem ter mantido uma concentração de determinados problemas e desvantagens sociais em alguns territórios quando se poderia, eventualmente, ter defendido outras soluções que obstassem a esta concentração. Se é certo que estes são espaços onde está identificada a existência de um leque de problemas sociais, também está provado que esses problemas não se encontram ou se produzem só no seu interior, bem como não podem ser analisados sem se ter em consideração

³ Apesar de localizados num dos concelhos mais ricos do país, os seis bairros selecionados apresentam taxas muito elevadas de pobreza, desemprego, baixas qualificações escolares e profissionais, violência e crime. Construídos entre os anos 1980 e a década de 2000, abrangem um total de 1.700 fogos, mais de 5.000 residentes, segundo dados oficiais, dos quais 32,2% entre 0-18 anos (Carvalho, 2010).

⁴ De forma a preservar a sua identidade, neste texto os nomes das crianças foram substituídos por códigos alfanuméricos e, no caso dos bairros, por nomes fictícios em torno do uso de cores: Amarelo, Rosa, Azul, Verde, Cinzento e Branco.

os contornos do funcionamento de sistemas sociais (ensino, saúde, proteção e ação social, segurança e justiça), tanto a montante como a jusante.

Dada a dimensão do estudo em causa, este texto fica reduzido a uma breve discussão sobre alguns dos principais resultados obtidos na primeira fase em que se teve a intenção conhecer como as crianças representam os seus quadros de vida no contexto selecionado. Pelo caráter exploratório da pesquisa, os resultados obtidos restringem-se à população e contexto à data estudados, não podendo ser generalizados a outros territórios.

O olhar das crianças sobre os bairros

O espaço dos bairros pode ser analisado nas produções das crianças segundo diferentes dimensões: a física, a instrumental, a relacional, a histórico social e a imaginária. Do seu entrecruzamento obtém-se informação sobre os contextos que atravessam numa perspectiva que permite também perceber, até certo ponto, a tangibilidade de algumas políticas sociais.

Na análise dos desenhos sobre os bairros, o primordial não foi a consideração de critérios desenvolvimentais ou técnicos, mas antes o entendimento de que são importantes produções simbólicas das crianças (Sarmiento, 2007). A lente de observação foi a sociológica e o foco de interesse reportou-se às dimensões socioculturais que ajudam a situar esta produção num determinado contexto social, bem como às formas de apropriação das principais características desse contexto pelas crianças (Carvalho, 2010).

Na consideração de que os desenhos das crianças são “gramaticalmente articulados” (Coquet, 2003: 4), a narrativa que lhes foi acrescida pela legendagem e pela conversa com as crianças sobre os mesmos fez com que ganhassem uma energia e dinâmica que, num primeiro e simples olhar não se deteta, pois muitos apresentam-se sem diversidade de elementos, maioritariamente numa configuração estática que tem o principal enfoque no edificado. Se é verdade que foi a aparência gráfica que marcou a primeira abordagem, importa realçar que a segunda fase do processo de análise, através da qual se tentou aceder ao significado daquilo que as crianças pretenderam fazer quando desenharam decidindo o sentido atribuído à sua ação, trouxe a constatação de como a leitura inicial feita pelo adulto pode apresentar uma orientação diferente, até enganadora, relativamente às intenções manifestadas pelas crianças. Neste âmbito, realça-se a importância que teve o acompanhamento do seu processo de criação pois “ver uma criança a desenhar dá-nos a noção a seriedade com que ela está a realizar o seu trabalho, coisa que não poderia acontecer se ela estivesse simplesmente a rabiscar sem uma intenção determinada” (Coquet, 2003: 4).

Através da análise de conteúdo procedeu-se ao cruzamento da legenda com o registo da conversa sobre os 312 desenhos validados no estudo e detetou-se que a palavra “bairro” foi mais referida,⁵ conforme apresentado na Figura 1 em que se recorreu ao programa *Wordle* para ilustrar as palavras mais mencionadas pelas crianças.

⁵ As 10 palavras mais referidas foram: bairro (398), falta (265), casa (188), lá (176), faz (152), gosto (139), não gosto (138), rua (130), brincar (120), parque (102), prédio (101), pessoas (92), gostava (88), carros (78), prédios (78). Isolando apenas as palavras relativas à família surgem mãe (68), pai (56), irmão (22), avó (15), irmã (10) e tio (10), tia (7), prima (6), tios (4), pais (3), tias (3), irmãos (2), avô (2), primas (2) e avós (1).

as *escolas* ($\chi^2=18$, $p < .05$) e a *família* ($\chi^2=8$, $p < .05$) suscitaram valorações mais positivas do que negativas. De registar a ligeira diferença na representação de outras crianças, associada a uma certa conflitualidade. Em todas as categorias não foram registadas diferenças de género estatisticamente significativas.

A apreciação mais negativa, manifestada por quase metade (47,1%) das 312 crianças, remete para o campo da interação social, as pessoas (adultos) com quem privavam ou conheciam. Independentemente da idade, género e bairro, esta valoração abordou desde as atitudes e comportamentos dos adultos, muitos entendidos como perturbadores e desordeiros, até às responsabilidades no desenvolvimento de problemas sociais neste contexto. Nesta apreciação, há diferenças significativas em função da idade ($\chi^2(1)=4.829$, $p < .05$) sendo o grupo dos 6-9 anos mais crítico do que os mais velhos (10-13 anos).

“A minha rua que dá a volta e não se sai!”

Numa sociedade que faz da segregação e da discriminação um modo de gestão das dinâmicas sociais, assente num individualismo que pode atingir níveis exacerbados tanto na esfera mais próxima de cada comunidade como, a nível mais alargado, no mercado de trabalho e no sistema produtivo (Young, 1999), ter em consideração o olhar das crianças sobre os problemas sociais que as afetam abre horizontes que remetem para a sua compreensão como entidade participativa na construção da realidade e da mudança social.

O bairro surge como uma formação sócio espacial específica e diferenciada, resultante de processos e mecanismos sociais que assentam em lógicas que são simultaneamente de segregação residencial e de agregação de certos grupos sociais num território limitado. São lógicas que decorrem de dinâmicas de massificação, pois concretizam-se no âmbito de políticas públicas através das quais o Estado português tenta debelar a carência de habitação que afeta parte da população no país. Decorrem de dinâmicas de seleção e exclusão que se refletem em diversos patamares no interior destes territórios segregados, uma vez que neles há vários graus de exclusão e de pobreza e modos diferenciados de perceber e viver estes problemas sociais.



Figura 2 “É o meu bairro com a minha rua que dá a volta e não se sai! O que faz falta mesmo é baloiços e escorregas e o que está a mais são os bêbados, as facas e as pistolas e os ciganos.” [rapaz M57, 6 anos, Bairro Branco]

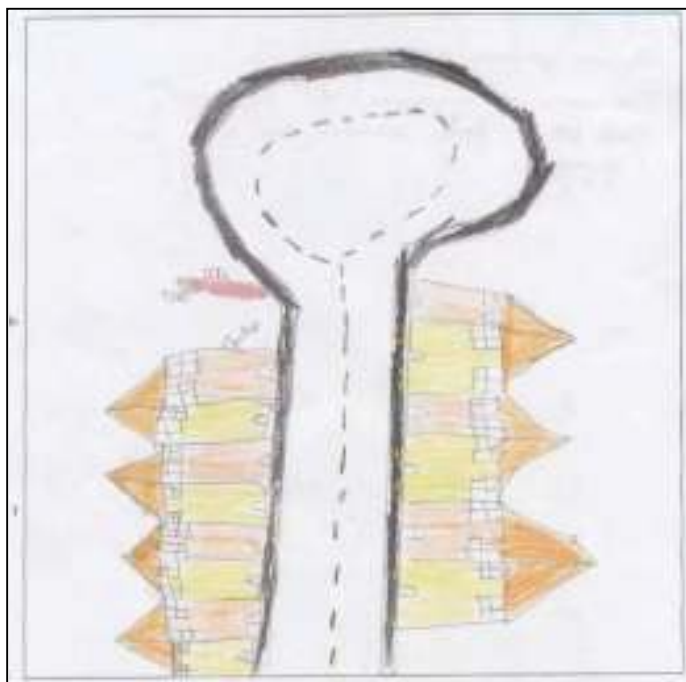


Figura 3 "Aqui é a estrada da minha rua, depois é a rotunda onde a gente jogamos à bola e a gente tem esta estrada para os carros subirem e descerem da rua e que não dá para passar para o outro lado [rapaz M68, 7 anos, Bairro Azul]"



Figura 4 "Os prédios, os carros e os meninos a brincar quando tinha escorrega e baloiços e sobe e desce. Eu ia brincar lá quando havia e agora já não há porque tiraram tudo, não sei porquê... (...) E faz muita falta um parque para irmos brincar. Faz falta espaço para brincar, vimos para a rua e nós temos espaço mas depois as bolas vão para a estrada e às vezes passam os carros em corrida e pode morrer alguém." [rapariga F16, 7 anos, Bairro Branco]"

A ideia do fechamento dos bairros em si mesmos, em função da organização territorial, agravada pela ausência de equipamentos, é notória nestas descrições (Figuras 2, 3 e 4). Observou-se que os seis bairros tendem a não beneficiar de maior proximidade e trocas de

sentido positivo com outras zonas residenciais socialmente diferenciadas, onde as expectativas de controlo social das crianças são mais elevadas, acentuando-se desigualdades de acesso a recursos e serviços a nível espacial (Morenoff et al., 2001).

A apreciação negativa das crianças sobre os equipamentos públicos associa-se fundamentalmente à ausência de recursos básicos que existem noutros locais, sendo reclamada por 30,2% das crianças participantes a construção de parques infantis. Reforça-se, assim, a ideia de como a segregação residencial se reflete no reforço de desigualdades sociais pela inexistência de determinados recursos. Registaram-se diferenças significativas em termos de idade ($\chi^2(1) = 5,533$, $p < .05$): o grupo nos 10-13 anos queixou-se mais do que o dos 6-9 anos, o que pode sugerir diferentes formas de ocupação destes equipamentos.

“Aqui só há pobres!”

A pobreza é um fenómeno plural, diverso, que contempla diferentes realidades. Falar sobre a pobreza concentrada num território é falar dos múltiplos riscos que representa em resultado de políticas habitacionais de segregação residencial de populações desfavorecidas (Koslinski & Alves, 2012), como as que estiveram na origem destes bairros. As crianças podem estar claramente identificadas aos territórios onde residem, aceitando e incorporando a sua condição social desfavorecida, representando-os como espaços de homogeneidade social que potencialmente excluem-nas da participação na vida social próxima, da cidade e do país (Figura 5).



Figura 5 “Está um dia mau no bairro!... O que faz falta no meu bairro é casas e mais casas para as pessoas e um parque. Aqui o que há mais é pessoas pobres, só há pobres, pessoas pobres, só pobres... [rapaz M08, 8 anos, Bairro Amarelo]”

Partindo do ponto de vista das próprias crianças, facilmente se percebe como o bem-estar infantil, traço fulcral na representação social da infância moderna, é um dado longe de estar adquirido por muitas neste contexto, subsistindo necessidades básicas. No registo da heterogeneidade de viver esta condição nestes bairros destaca-se o desfazamento existente entre o legislado e o vivido que atinge diretamente a socialização de muitas crianças. Neste contexto, a ambição prioritária ainda passa por garantir o acesso pleno de todos aos bens básicos, como a alimentação e a habitação, num patamar de igualdade que promova não apenas o acesso nessas condições, mas também a permanência nos sistemas sociais

como cidadão de pleno direito e a entrada na vida ativa à luz de um mesmo quadro de princípios.

“É seco... o bairro é seco! (...) Então... não tem muita gente como lá antes, não tem shopping, não tem lojas... não gosto sem isto, gostava mais de lá. O bairro... se for lá ao fundo vejo tudo, ali do fundo dou a volta e dá para ver aqui tudo, é sempre a voltar ao mesmo sítio e lá não era assim, ia dar a outros sítios e tinha mais gente diferente. (...) Faz falta parques, mais... um campo de futebol para ir jogar... Mas põe lá um parque e vão logo partir tudo, partem tudo, já está todo partido o que lá está, partiram tudo, não durou nada...” [rapaz M02, 10 anos, Bairro Cinzento] (Carvalho, 2010: 265)

Não é, pois, de estranhar que haja quem descreva o bairro como “seco”, acentuando as limitações da própria configuração espacial em relação com a escassez de recursos sociais e equipamentos que mais facilmente se encontram em zonas residenciais socialmente diferenciadas.

“Só se quer é brigas uns com os outros.”

A imposição do realojamento trouxe a passagem das populações para formas de organização social, onde a vida quotidiana se estrutura num plano de verticalidade consubstanciado nos prédios onde residem, em espaços limitados sujeitos a regulamentação municipal, em detrimento do plano de horizontalidade vivido nas anteriores casas, maioritariamente em barracas, onde se tornava possível uma diferente, mais extensa e livre, ainda que ilegal, apropriação do espaço (Carvalho, 2013b). Com esta situação emerge também a conflitualidade e a violência, em larga medida associada a formas de segregação residencial sentidas tanto na relação com o exterior, como através da divisão social do espaço no interior dos bairros.



Figura 6 “É a parte nova, a estrada lá em baixo fora do bairro. É a gente a imaginar o ‘bote’ onde anda... Aqui não há lojas, falta mais lojas cá dentro, parques, mercearias, podiam pôr um MacDonalds cá dentro do bairro, só põem tudo fora. Falta mais paz e amizade que é só guerras, só se quer é brigas uns com os outros. Está a mais as brigas, os putos pequeninos a fumarem, ainda mais pequenos que eu a fumar, com 5-6 anos, vão comprar tabaco e põem-se a fumar, uma cambada deles... e outras coisas.” [rapaz M81, 12 anos, Bairro Cinzento]

Constata-se como a compreensão sobre o território e as dinâmicas espaciais é essencial no entendimento dos fenómenos de discriminação que afetam os mundos sociais da infância. Deste modo, é relevante que as crianças tenham retratado processos de segregação de famílias no interior dos bairros, algumas realojadas por ruas em função da origem étnica, fator sentido como um sério obstáculo a uma melhoria da qualidade de vida (Figura 7).



Figura 7 "A rua tem um molho de prédios, tem a rotunda que tem lá o espaço para pôr os carros. Tem uns prédios amarelos [lado direito do desenho] e outros cor-de-rosa [lado esquerdo] e os prédios não podem ser todos iguais. (...) Nós, os ciganos, vivemos quase todos nos prédios amarelos. No meu prédio só vivem dois senhores [brancos] que não são ciganos e nos outros prédios amarelos vivem muitos ciganos, uns senhores, e pretos é que é menos, é sempre mais ciganos. [rapaz M16, 8 anos, Bairro Azul]

Quando se fala de bairros de realojamento, a imagem prevalece na opinião pública portuguesa é a de espaços homogéneos. Os territórios não se limitam à sua configuração física exterior, e mais significativas podem ser as fronteiras percecionadas e vividas no seu seio, em divisões por micro territórios associados a hierarquias étnicas e grupos sociais específicos. A generalização de expressões como "a rua dos ciganos", para citar o exemplo mais mencionado pelas crianças, é algo que contribui, e simultaneamente (re)constrói, um permanente mal-estar social, reforçando fenómenos de estigmatização que acentuam o fechamento destes territórios num encapsulamento de natureza étnica e social (Menezes e Almeida, 2006).



Figura 8 “É o desenho da minha rua e do lado dos prédios dos ciganos e do outro eu e as minhas amigas. O que eu gosto menos no meu bairro é dos ciganos e se eu pudesse eu mudava eles de bairro porque eles sujam a rua, são malcriados e barulhentos.” [rapariga F13, 9 anos, Bairro Branco]

Na complexificação das relações sociais emerge, a partir do olhar das crianças sobre o contexto em estudo, um processo de etnização dos laços e redes sociais que tendem a fechar-se em torno da sua origem étnica, não sendo específicas de um grupo em concreto, mas antes se alargando a todos os que ali vivem. É um processo que serve para a construção das suas competências e estrutura, no presente, as relações entre pares e com adultos, reforçando fenómenos de estigmatização. A identificação com o grupo étnico de origem, quando exacerbada, acarreta uma desconfiança e hostilidade em relação aos outros grupos. A oralidade assume especial importância e muitos conflitos emergem.

A forma como as crianças descrevem o uso do espaço público – de um lado “nós”, no lado oposto, os “outros” (Figura 8) –, numa representação que traduz um campo de batalha, não pode ser desvalorizada na análise da sua socialização. A divisão social do espaço decorre do realojamento das famílias assente em critérios de distribuição étnica e produz relações de poder que se institucionalizam num clima de oposição e procura de domínio territorial, que as crianças apropriam e reconstroem nas culturas de pares.

Numa linha similar à registada por Cabecinhas e Amâncio (2003) em pesquisa envolvendo jovens portugueses, neste estudo apurou-se que apesar de as tipologias raciais terem sido abolidas há muito nas sociedades ocidentais, as mesmas continuam a prevalecer no discurso e ações da maioria dos residentes, independentemente de género, idade ou origem (Carvalho, 2014). Os termos “preto”, “branco”, “cigano”, “negro”, “tuga”, “branquelas”, “mulato”, “pula”, “black”, “castanho”, “senhores”, “português” têm uma forte presença nas palavras das crianças, constituindo estas categorizações uma marca significativa da discriminação nas culturas de infância aqui produzidas. Tende a prevalecer uma noção do *outro* que se vê como diferente, em posição de subalternidade que conduz à sua rejeição e, diversamente do sugerido por Aboud (1988) e França e Monteiro (2004), a idade não é uma variável diferenciadora destas atitudes.

Os excertos apresentados não se reportam a situações isoladas na análise, suscitando a ideia da existência de hierarquias e estatutos que cada grupo tende a construir. Estes choques revelam-se de forma intensa na necessidade de afirmação pessoal e social, assente numa linguagem segregadora e racista, mas que nada mais será do que o espelho de como experiências de discriminação marcam muitas crianças. A génese do preconceito tradu-

zida nestes discursos surge em idades baixas. Para alguns autores, é produto do insuficiente amadurecimento das estruturas afetivo cognitivas que se traduz numa fase de egocentrismo (Aboud, 1988), enquanto para outros é necessário questionar o papel da aprendizagem e interiorização de normas sociais perante os modelos sociais presentes num contexto (França e Monteiro, 2004).

Não se encontrou nesta investigação sustentação para a defesa da ideia que o contato entre diferentes grupos étnicos possibilita mais facilmente que uns e outros identifiquem as semelhanças, promovendo uma abertura à compreensão e respeito mútuos. Este contato permanente que se vê desenvolvido nestes territórios, sobretudo pelas crianças que são obrigadas a partilhar os bairros e a frequência nas mesmas escolas, parece alimentar uma profunda desconfiança reveladora da fragilidade das relações e laços sociais assente na segregação residencial destas populações. Se até certo ponto esta atitude pode encontrar razão de ser no passado cultural dos grupos maioritariamente em presença – origem africana vs cigana –, a dimensão visível e continuada do problema suscita a possível associação a outras desvantagens sociais que não se conseguem atenuar dada a sua elevada concentração espacial.

Conclusão

Numa lógica analítica compreensiva que teve como ponto de partida a voz das crianças, as formas de segregação residencial e de discriminação social a que os residentes dos bairros em estudo se encontram sujeitos ficou bem patente nas produções das crianças, tendo as mesmas de ser pensadas a partir da sua articulação com as lógicas de exclusão em relação com os espaços onde tomam corpo (Wacquant, 2007). Se a segregação é uma qualidade intrínseca e percebida pelas crianças no que diz respeito a estes bairros, ela reenvia o olhar para as formas como os residentes vivem na relação com o exterior, numa linha, por vezes, marcada por sentimentos de dependência, de frustração e até de revolta.

Estes bairros tendem a não beneficiar de trocas de sentido positivo com outras zonas residenciais socialmente diferenciadas acentuando-se a sua segregação e as desigualdades de recursos a nível espacial (Carvalho, 2010, 2013a, 2014). A separação espacial relativamente a outros territórios é reforçada pela degradação dos espaços e equipamentos públicos e a segregação residencial acaba por ser representada como uma forma de violência; por um lado, física, pelas limitações que impõe, por outro, simbólica, pelos efeitos que acarreta nas relações sociais.

Muitas crianças manifestam uma forte e positiva identificação com o grupo étnico de origem; mas quando exacerbada, esta adesão acarreta uma permanente desconfiança e hostilidade em relação aos outros grupos, facilmente surgindo os conflitos no acesso a posições e estatutos específicos. A oralidade assume uma especial influência, sendo a partir dela que muitas situações de conflito são concretizadas. E outras formas de violência podem nascer nos interstícios das aspirações e necessidades básicas, da experiência quotidiana da rejeição e relegação a que muitos dos residentes se veem sujeitos; no fundo uma forma de violência inerte que acentua um sentimento de fatalidade social que as próprias crianças interiorizam (Wacquant, 2007; Moignard, 2008).

Referências bibliográficas

- About, F. (1988). *Children and Prejudice*. New York: Blackwell.
- Bartlett, S. (2010). *Urban Children: Discussion of Unicef Programming Directions. Policy and Practice*. Discussion paper. Disponível em: <http://cernyc.org/files/2011/09/UNICEF-urban-discussion-paper1.pdf>
- Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2003). *A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico*. Comunicação apresentada à III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 2003. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1598/1/rcabecinhas_laman-cio_JIRS_2003.pdf.
- Carvalho, M.J.L. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>.
- Carvalho, M.J.L. (2013a). Childhood, Urban Violence and Territory: Children's Perceptions of Place and Violence in Public Housing Neighborhoods in Portugal, *Children, Youth and Environments*, 23(1), 124-154. doi: 10.7721/chilyoutenvi.23.1.0124
- Carvalho, M.J.L. (2013b). Children's perspectives on disorder and violence in urban neighbourhoods, *Childhood – A Global Journal of Child Research*, 20(1), 98-114. doi: 10.1177/0907568212447236
- Carvalho, M.J.L. (2014). Segregação residencial e discriminação na área metropolitana de Lisboa: O olhar das Crianças. *Revista Educação & Sociedade*, 35 n.º.128, 741-760. doi: 10.1590/ES0101-73302014128482
- Christensen, P. & O'Brien, M. (Eds.) (2003). *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*. Oxon: Routledge.
- Coquet, E. (2003). "Desenhar um texto, falar com riscos e ler um desenho – Analogias e contradições do desenvolvimento da aprendizagem da fala, do desenho e da escrita", *Ensinate – Revista das Artes em Contexto Educativo*, 2, 2-8
- Corsaro, W. (1997). *The Sociology of Childhood*. Thousand-Oaks-California: Pine Forge Press.
- França, D. & Monteiro, M. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância, *Análise Psicológica*, 4 (XXII), 705-720.
- Jamarillo, P.; Villamil, A. & Bañales, J. (2008). *Espacio Público e Derecho a la Ciudad. La Política de Espacio Público Físico y la Venta Informal en Bogotá*. Alcaldía Mayor de Bogotá: ONU-Hábitat
- Lefebvre, H. (1974). *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos.
- Morenoff, J.; Sampson, R. & Raudenbush, S. (2001) Neighborhood Inequality, Collective Efficacy, and the Spatial Dynamics of Urban Violence. *Criminology*, 39(3) 517-558.
- Koslinski, M. & Alves, F. (2012). Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. *Educação & Sociedade*, Campinas, 33, n.º.120. doi: 10.1590/S0101-73302012000300009
- Menezes, M. & Almeida, A. (2006). *Direito à cidade. Reflexão em torno da incidência do termo mistura social nas políticas habitacionais e urbanas portuguesas*. Lisboa: LNEC.
- Moignard, B. (2008). *L'école et la rue: fabriques de délinquance. Recherches comparatives en France et au Brésil*. Paris: PUF.
- Rasmussen, K. & Smidt, S. (2003). "Children in the neighbourhood". In Christensen, P. & O'Brien, M. (Eds.). *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*. (pp. 82-100), Oxon: Routledge.

- Sarmiento, M.J. (2007). *Conhecer a Infância: os Desenhos das Crianças como Produções Simbólicas*. Lição de Síntese para Provas de Agregação, Braga, Universidade do Minho.
- Shuval, K.; Massey, Z.; O. Caughy, M. & Cavanaugh, B.(2012). 'I Live by Shooting Hill' - A Qualitative Exploration of Conflict and Violence among Urban Youth in New Haven, Connecticut. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 23(1), 132-43.
- Valentine, G. (2004). *Public Space and the Culture of Childhood*. Aldershot: Ashgate Publishing Limited.
- Young, J (1999). *The Exclusive Society. Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity*. London: Sage Publications.
- Wacquant, L. (2007). *Parias urbains: ghetto, banlieues, État*. Paris: Éditions La Découverte.